

Agressão interrompe processo de votação

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O encaminhamento da votação do pacote econômico pela Câmara foi interrompido a 1h15 da madrugada por uma discussão entre os deputados Aírton Soares (PMDB-SP) e Gasthane Righi (PTB-SP), que o agrediu, e o conflito acabou generalizado, com o envolvimento de dezenas de parlamentares e a suspensão da sessão por meia-hora. O presidente Ulysses Guimarães desistiu de pôr ordem no plenário e deixou a Mesa, conversando com parlamentares atrás dela, enquanto as ameaças de agressão se generalizavam. Os deputados Roberto Jefferson e Nilson Gibson (PDS-PE) começaram a gritar que a culpa de tudo era do próprio Ulysses, que não tinha competência para presidir uma sessão difícil.

Gasthane Righi utilizava-se do microfone normalmente destinado ao PMDB para fazer obstrução da votação. O deputado Aírton Soares, então, o provocou e sugeriu que ele fosse para o lado do PDS, ao que Righi respondeu com um violento empurrão no parlamentar. Soares desviou-se, mas foi atingido no peito, e outros deputados tentaram intervir para separar. Soares não reagiu, limitando-se a sorrir. E Righi quase calu depois de se bater contra a bancada onde sentam os parlamentares. Soares se afastou e o deputado Sebastião Curió, armado como sempre, saiu da bancada do PDS gritando que iria falar no microfone do PMDB. "Aqui você não fala", reagiu o deputado baiano Jorge Medauar, tomando a frente do aparelho. Curió xingou o deputado do PMDB e logo se formou o coro de "torturador", "jagunço", "milico" e outros qualificativos que irritavam ainda mais Curió. O ex-agente do SNI insistiu em ir para o microfone mas Medauar o desafiou. Vários deputados tentaram apartar ou tomar partido e por pouco não houve pancadarias.

Quem tentou conter o deputado Curió, curiosamente, foram os deputados Eduardo Suplicy, (PT-SP), e Roberto Freire (PCB-PE), mas seus esforços foram inúteis. Somente o ex-líder do PDS, Nélson Marchezan, conseguiu finalmente conter Curió, já na outra extremidade do plenário, trazendo-o de volta para o lado onde ficam os parlamentares do PDS. Ulysses e outros parlamentares, atrás da mesa, conversavam sobre outro assunto e até riam, aparentemente alheios ao conflito. Curió voltou a sua bancada trocando outros xingamentos e ameaças com Medauar. Aírton Soares assistia a alguns metros, e Righi não se conformava de ter sido interrompido em seu aparte, que deu origem a todo o tumulto, a ponto de ter utilizado o mesmo microfone quando os trabalhos recommençaram.

A sessão ficou suspensa 20 minutos e foi reaberta mediante apelo de Ulysses Guimarães à colaboração dos parlamentares. Talves sugestionado pelo exemplo dos parlamentares, uma agente de segurança resolveu provocar um radialista, e acabou sendo também expulso do plenário pelo diretor do serviço de segurança da Câmara.

A DISCUSSÃO

A conclusão começou quando apenas dois deputados, Leorne Belém, pelo PDS, e João Agripino, do PMDB, haviam encaminhado a votação. Primeiro a falar, o parlamentar pedessista notou "ser evidente o constrangimento do plenário em aprovar o pacote econômico do governo", o qual, segundo opinou, não concordava com os seus termos. Ele citou nominalmente os deputados

peemedebistas Aírton Soares, Jorge Uequed e Hélio Duque como os que demonstravam maior aborrecimento com o fato de ter de votar a favor de uma proposta com a qual não concordavam.

O deputado João Agripino surpreendeu a sua bancada logo que subiu à tribuna, explicando ter total interesse em apoiar o governo do presidente Sarney, mas que iria votar contra a proposta. "O pacote tem estranhezas que a minha consciência repudia e mostra que o presidente José Sarney continua escravo da tecnocracia", frisou com veemência o deputado paraibano.

Ele lembrou que as comissões de finanças e de economia da Câmara não haviam opinado sobre as emendas, notando que um dos relatórios ia matéria, o deputado Raimundo Asfora, do PMDB (seu contrerrâneo), por mais ilustre que fosse, era professor de Direito Penal e não de Direito Tributário. Portanto, não estaria qualificado tecnicamente para exame da matéria.

João Agripino admitiu que, em seu conjunto, o pacote merecia ser aprovado, mas "tem detalhes que deve repudiar a consciência dos representantes dos contribuintes". Citou como exemplo de "coisa aberrante o tratamento dispensado pelo pacote à pessoa física, comparativamente à pessoa jurídica. Discordou também do parcelamento da restituição do Imposto de Renda, afirmando não "ser sério um reescalonamento sem juros, enquanto o governo rola a sua dívida interna com juros".

"O projeto — continuou João Agripino — concede ao ministro da Fazenda poderes excepcionais. É o retorno do arbítrio tecnocrático — e como o presidente Sarney não entende de economia louva-se na mensagem. Como nós, ele também não deve ter tido tempo nem condições de saber o que efetivamente iria ser votado", destacou o deputado paraibano, anunciando seu voto contrário.

O líder petebista, Gasthane Righi, levantou então questão de ordem sobre o processo legislativo. O deputado paulista indagou como o pacote estabelecia empréstimo compulsório dos contribuintes, medida que só poderia ser instituída através de lei complementar. Por essa razão, ele perguntou ao presidente Ulysses Guimarães se a matéria seria votada como lei ordinária ou como lei complementar. A questão de ordem foi considerada já resolvida pelo deputado Ulysses Guimarães.

Em seguida, o deputado José Machado, do PFL de Minas, subiu à tribuna para criticar o pacote, afirmando que nos seus oito meses iniciais da chamada Nova República, "o governo havia-se desmoralizado e ao Congresso". Nesse momento, o deputado pedessista Gerson Peres tentou obstruir com nova questão de ordem, enquanto o líder do PTB, Gasthane Righi, se dirigia ao microfone de apertes tradicionalmente utilizado pelo PMDB para mais questão de ordem, quando se iniciou a confusão no plenário.

Reaberta a sessão e serenados os ânimos, vários deputados ainda discursaram até o início da votação. Finalmente quando começou a votação, pelo processo simbólico, o líder do PDS, Prisco Viana, pediu verificação de presença. Nesse momento, o deputado malufista, Adail Vettorazo, convidou a bancada do PDS a retirar-se. Vários parlamentares atenderam ao apelo, mas o projeto foi aprovado com voto de alguns pedessistas.